
1º Reunião Preparatória do IX Encontro Nacional do Poder Judiciário

PLENÁRIA FINAL JUSTIÇA MILITAR

05 a 07 de maio de 2015
ESMAF – Brasília/DF

Coordenadores e Representantes da Justiça Militar na Rede de Governança Colaborativa

Justiça Militar da União: Sérgio Peinado Mingorance
sergiomingorance@stm.jus.br

Justiça Militar Estadual: Clovis Santinon
clovis.santinon@tjmsp.jus.br

Temas estratégicos debatidos

- ✓ *Efetividade da prestação jurisdicional*
 - *Repercussão geral, recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas*
 - *Desjudicialização e justiça restaurativa*
- ✓ *Reflexões sobre o novo CPC*
- ✓ *Sistema penitenciário e socioeducativo: concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento desnecessário*
- ✓ *PJe e o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões*

- ✓ *Outros temas.*

✓ **Tema Estratégico: *Efetividade da prestação jurisdicional***

- *Repercussão geral, recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas*
- *Desjudicialização e justiça restaurativa*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

O impacto do novo CPC na Justiça Militar Estadual diz respeito aos recursos extraordinário e especial, entre outros aspectos; há necessidade de atualização dos integrantes da magistratura e servidores; o TJMS/SP fará um curso sobre o novo Código em junho/2015.

Desjudicialização e justiça restaurativa: não se aplica à Justiça Militar.

✓ **Tema Estratégico:** *PJe e o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

A Justiça Militar Estadual está utilizando o PJe na esfera cível.

Realizar reunião com o Conselho Nacional de Justiça para inclusão do STM e das Justiças Militares Estaduais no grupo de trabalho para elaboração do PJe criminal.

Convidar os representantes de Tecnologia da Informação dos Tribunais para a 2ª reunião preparatória para o “IX Encontro Nacional do Poder Judiciário”.

Intervenção ou apoio do CNJ nas contratações de infraestrutura de telecomunicações dos Tribunais, a fim de apoiar, sobretudo, os de pequeno porte. Por exemplo: poderiam ser realizados convênios com os Estados.

Elaboração do módulo estatístico para extração de dados referentes ao “Justiça em Números” e metas nacionais.

Tema Estratégico: *Sistema penitenciário e socioeducativo: concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento desnecessário*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

A concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento desnecessário: trata-se de um tema de interesse das Justiças Militares.

O Presídio Militar “Romão Gomes” (SP) possui programas de inclusão social e vem atendendo a regramentos nacionais, como a remição de penas por leitura de livros e o oferecimento aos presos de vagas em cursos superiores, por meio de convênios estabelecidos com Universidades.

Salienta-se a importância de se ter um presídio próprio, com uma política adaptada as necessidades dos presos militares, com o acompanhamento pelo juiz de primeiro grau de jurisdição. A proposta é implementar diretrizes para fortalecimento do sistema carcerário das Justiças Militares.

Na JMU é mais complexo, devido a existência de militares atuando fora do Brasil.

O volume de presos não pode ser um obstáculo para a implantação de medidas socioeducativas, experiências, como a da Justiça Militar, devem ser divulgadas e podem embasar estudos por parte da Justiça Comum.

Estudar a possibilidade de adoção da “audiência de custódia” na Justiça Militar (já aplicado em alguns casos na Justiça Militar do União)

Tema Estratégico: *Outros temas*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

Aumento da celeridade processual com a adoção do sistema de teleaudiência, que permite a realização de oitivas “online” e a redução do número de cartas precatórias expedidas, como tem ocorrido no Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.



05 a 07 de maio de 2015
ESMAF – Brasília/DF